



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
COMISSÃO DE SOLUÇÕES FUNDIÁRIAS - CSF**

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

DATA E HORÁRIO: 29 de novembro de 2023 às 10:00 horas.

LOCAL: Loteamento Novo Mundo - Jataí

VISITA CONDUZIDA POR: Dra. Soraya Fagury Brito

ASSUNTO: **Visita Técnica 202309000441845** - Processo 5389240-22.2023.8.09.0093

SECRETÁRIA: Cristiane de Paula Neiva - Secretária da CSF-TJGO

PARTICIPANTES:

- 1) Dra. Soraya Fagury Brito - Juíza de Direito e Membro da Comissão de Soluções Fundiárias;
- 2) Dr. Gustavo Alves de Jesus - Defensor Público;
- 3) Sr. Anísio Vieira de Souza Neto - Ecovias do Cerrado - Analista faixa de domínio;
- 4) Dra. Jéssica Oliveira - Coordenadora Jurídica - Ecovias do Cerrado;
- 5) Sra. Natália Cristina da Silva - Supervisora da faixa de domínio - Ecovias do Cerrado;
- 6) Sra. Iris Ribeiro de Abreu Silva - Coordenadora do Cras;
- 7) Sra. Lais Ferreira de Miranda - Diretora de Promoção e Assistência Social;
- 8) Sr. Mittermayer Pereira - Analista Gestão Administrativa Goinfra;
- 9) Sr. Onedis Alves Martins - Auxiliar de Transportes e Obras - Goinfra;
- 10) Sra. Cleide Ramos de S. Lemos - Superintendente de Habitação;
- 11) Sr. Walgmar Ferreira Lima - Habitação;
- 12) Sr. Antônio Chagas - FETRAFE;
- 13) Sr. Saulo Reis - Pastoral da Terra;

- 14) Sr. Ronan Quirino de Moraes - Líder do movimento;
- 15) Sr. João Donizete Pereira - Morador;
- 16) Sr. Júlio César da Silva - Morador;
- 17) Sra. Ivone Moreira de Souza Silva - Moradora;
- 18) Sr. Antônio Pereira - Fetrafe - CUT;
- 19) Sra. Odenice Moreira de Oliveira - Moradora;
- 20) Sra. Lucineia Paes Cardoso - Moradora;
- 21) Sr. Alessandro Alves Gomes - Morador;
- 22) Sr. Jales Moreira de Souza - Morador;
- 23) Sr. Elivânia Alves Franco - Moradora;
- 24) Sr. Maria Isabel de Souza - Moradora;
- 25) Sra. Ana Lúcia Furtado de Oliveira - Moradora;
- 26) Sra. Lucinei Cardoso de Oliveira - Moradora;
- 27) Sra. Rosimeire dos Santos Veneris - Moradora;
- 28) Sra. Elizangela Candida Ferreira - Moradora;
- 29) Sr. Leonel Rikelmy Justino - Morador;
- 30) Sr. Wilmar Ferreira de Oliveira - Morador;
- 31) Sr. David Cordeiro da Silva - Morador;
- 32) Sra. Daiane Moreira Silva - Moradora;
- 33) Sra. Marluce Ferreira Souza Silva - Moradora;
- 34) Sra. Daiane Felipe Fonseca - Moradora;
- 35) Dr. Divino Eterno B. de Andrade - Morador;
- 36) Sr. José Santos Constantino - Morador;
- 37) Sr. Thiago Ferreira - Morador;
- 38) Sra. Cristiane Matias Lemos - Moradora;
- 39) Sr. Leonardo Rocha Martins - CSF;
- 40) Sra. Lana Mara Bonfim - Assistente de Secretaria da CSF-TJGO;
- 41) Sra. Cristiane Neiva - Secretária da CSF-TJGO.

RESUMO

Doutora Soraya Fagury Brito iniciou a reunião agradecendo a presença de todos, informou que integra o poder judiciário e está na Comissão de Soluções Fundiárias do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. A visita técnica realizada hoje é para conhecermos a realidade de todos e a partir deste conhecimento in loco, possamos sugerir medidas eficientes para resolução deste conflito.

Existe um processo movido pela Ecovias, no sentido da desocupação, desse acampamento de uma maneira humanizada, sem traumas, sem agressividade, sem derrubar nada, fazendo isso de uma forma harmoniosa, uma solução, sem conflito.

Dra. Jéssica Oliveira - O motivo de estarmos aqui presente foi uma ação ajuizada, onde temos um contrato de concessão em que administramos essa rodovia, assim temos algumas obrigações dentro desse contrato e alguma delas é zelar pela faixa de domínio. E o que é essa faixa de domínio? Em alguns lugares ela é 30 metros, em alguns lugares ela é 40 metros, em alguns lugares ela é 50 metros. Só que temos duas formas de trabalhar para zelar por essa faixa de domínio. A primeira dela é um tratamento para quem já estava em ocupação antes desse contrato, ou seja, antes de cinco anos atrás. E outro tratamento para quem está começando a ocupar agora. Então o que acontece? A gente tem até o décimo ano da nossa concessão para regularizar toda essa faixa de domínio. E sabemos que existe o **acampamento Novo Mundo. O nosso interesse não é neste momento tirar as pessoas que moram aqui. Mas a gente precisa ter o controle de novas ocupações.**

Acontece que há mais ou menos uns três ou quatro meses? A fiscalização da ANTT veio aqui, chegou ali no KM 179 mais 170, que é onde está sendo construída aquela igreja. E falou, ó, essa igreja é uma ocupação nova. Não é uma ocupação antiga. Então vocês têm que regularizar. Então a gente recebeu a ordem da fiscalização para ter que regularizar e reintegrar, o que a gente chama de trazer de volta para a União aquele pedaço de terra.

Então entramos com a ação de reintegração de posse especificamente daquela edificação. Na época que a gente entrou era só aquele barraco lonado branco, agora já tem até alguma construção de alvenaria. **Só que, infelizmente, quando o oficial de justiça veio aqui, ele entendeu que era para olhar nove ou dez quilômetros.** Então ele olhou do KM 170 ao KM 179. **E aí ele entendeu que a gente queria a reintegração de posse de todo o acampamento Novo Mundo, o que não é nosso interesse.** Hoje a ANTT, que é quem representa a rodovia, a União, precisa que a gente regularize aquele ponto onde está aquela igreja. Porque é uma ocupação nova.

As ocupações mais antigas, como eu disse, a gente tem dez anos para regularizar. E aí eu acho que tem que ter, sim, a interação de todo mundo, Prefeitura, Judiciário, Poder Público, para entender como que a gente vai regularizar essa área. **Mas o nosso interesse, em momento nenhum, foi tirar todas as famílias imediatamente.** E aí fica até um ponto de observação.

Antigas ocupações a gente não mexe. Inclusive, a gente até pensa numa forma de assegurar para vocês um pouco mais de segurança, como a defesa metálica a gente colocou para quem já está aqui há mais tempo e tudo mais. Mas o nosso cuidado é esse. Com quem está chegando agora e que a gente não pode deixar. Como é o exemplo dessa igreja que está sendo construída ali.

Doutor Gustavo - embora o objeto da demanda não alcança todo o assentamento eu atuo no Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública, especificamente para questões, conflitos fundiários, urbanos e rurais. Essa demanda chegou para a gente, não só pela CPT, mas também por parlamentares. Não só nesse momento, mas quando houve a derrubada de barracos há algum tempo. E quando surgiu a notícia de que a reintegração, ela seria, envolveria o acampamento Novo Mundo, a Defensoria Pública também passou a se manifestar para a intervenção da Comissão de Soluções Fundiárias. Hoje a situação foi mais esclarecida para a gente, qual que é o objeto. Enfim, a Defensoria Pública não tem interesse, não havendo grupo vulnerável, sendo uma igreja lá no quilômetro 179, não tem interesse em fazer o acompanhamento e a tutela. Mas a gente precisa fazer algumas considerações a longo prazo, hoje vocês permanecem aqui, só que ela continua sendo uma faixa de domínio. É uma área pública que em algum momento ela vai ser reintegrada. Pode ser daqui a 10 anos, mas vai acontecer. Mais recentemente foi aprovado pelo governo do estado, um projeto de lei, que trata das faixas de domínio do estado e das rodovias da União, que estão cedidas em concessão ao estado de Goiás para gestão. Nesse projeto de lei, que ainda não foi sancionado, mas deve ser nos próximos 10 dias já há previsão de que as forças de segurança, a pós-comunicação da GOINFRA, a DENIT, a ANTT ou concessionárias, sendo objeto de concessão ao estado, passem a promover de imediato a remoção das

famílias com um rol de uns 10 crimes automáticos para imputar para todo mundo que estiver nessas áreas. A Defensoria Pública, embora não esteja instalada ainda em Jatai, nessas demandas tem atuado em todo o estado de Goiás. Nossa função é promover a defesa de grupos vulneráveis em situação de vulnerabilidade como acampados e ocupantes de áreas públicas ou privadas que se veem em situação de conflito com a justiça ou o proprietário de terra. A gente segue atuando, mas vamos precisar de vocês, vai precisar de toda essa rede de apoio. Se houver interesse da comissão, da Dra Soraya, de tentar trabalhar essa demanda de vocês, porque a comissão tem a possibilidade de atuar também de forma preventiva e não só quando o conflito já está instalado e judicializado.

Podemos trabalhar com vocês a partir de agora para pensar na construção de uma solução que vai envolver com certeza o município, além da FETRAF, vai envolver INCRA, os movimentos a que vocês integram para que a gente possa construir alguma solução que seja eficaz, que seja possível, às vezes não é o que todo mundo espera, Se vocês estão acampados aqui, acredito que uma dessas fazendas é que vocês apontam como improdutiva e que seria o caso de fazer a desapropriação para a reforma agrária.

O INCRA vai ter essa função em algum momento, mas precisamos começar a pensar já o que vai ser feito dentro desses 10 anos. Como já estamos aqui, embora não seja o objetivo principal também do processo, sabendo que existem outros conflitos, a gente está aqui para ouvir vocês hoje, para vocês relatarem para a gente quais são as dificuldades, a história de vocês, o tempo que vocês estão vivendo, como vocês sobrevivem, se vocês plantam, se vocês têm criação de animais, qual que é a perspectiva que vocês têm.

Dra. Soraya informou que como o Dr. Gustavo bem colocou, a Comissão não atua somente nos casos já judicializados. Mas também de forma preventiva. Por acaso, essa demanda nos trouxe essa situação. E por isso, pode ter certeza que a comissão vai acompanhar uma solução para esse acampamento.

Sr. Ronan Quirino - Primeiramente, eu quero agradecer à doutora e à equipe de senhores, é um prazer, ter vocês aqui para esse diálogo. No momento que nós fomos notificados, não

construímos mais, o que nos deixou mais insatisfeitos foi a desmancha dos barracos em 2011? Nós recorremos à pastoral, somos um acampamento organizado, temos sindicato, a FETRAF. Estamos aqui desde 2011. Logicamente, não somos todos, devem ter umas 20 famílias. O sonho de todos aqui é uma terra, nós fomos prejudicados com essa mudança de governo de 2015 para cá, e estamos resistindo, lutando. Agora que essa mudança de governo ofereceu uma luz. Não vou dizer que todos moram aqui, devido às condições, antigamente, tinha uma cesta básica e o pessoal morava aqui. Não temos energia, só tem um poço de água. Mas tem os moradores que criam a galinha, plantam a mandioca, os pés de manga aqui já estão dando fruta. Tem um pessoal ali que tem vaca, tira o leite. Cria porco do outro lado. Para sobreviver aqui é difícil. O espaço é pequeno. Nosso objetivo é conseguir um pedaço de terra para trabalhar. É a nossa luta. Porque a luta com a reforma agrária tem que ser feita aqui. Se formos embora para casa, o governo não vai assentar a gente. Então, a luta é por aqui.

Sr. Saulo Reis - Agradece a presença da CSF, a Comissão de Soluções Fundiárias, que trata as pessoas como elas são, cidadãos. Diferente do tratamento que vem recebendo por parte de outras autoridades aqui no estado de Goiás. Infelizmente hoje lidera o ranking de conflitos por terra. Justamente por conta do tratamento que famílias como essas aqui vem recebendo. O pessoal aqui, como vocês podem ver, planta para poder sobreviver. Essas famílias estão aqui não é para tomar a terra dos outros. Elas estão aqui para fazer com que a lei seja cumprida e a reforma agrária se realize. O episódio que aconteceu em 2011 é lamentável. Porque se a pessoa vier aqui três vezes na semana, é possível que vai encontrar três grupos diferentes. Por quê? Porque parte dessas famílias trabalha fora. Porque não dá para você tirar o sustento só dessa área do acampamento. Mas eles ficam aqui, dormem aqui, às vezes vêm aqui no final de semana. Mas eles fazem parte do grupo do acampamento. Então por isso que é importante ver na amplitude, é preciso levar em consideração a organização dessas famílias aqui no acampamento. Para a gente poder entender o que é isso. Para não acontecer o seguinte, igual está aqui, a lona está

rasgada. Aí se chegar um servidor que não passou aqui antes, viu a lona nova que o pessoal trocou, aí vai vir aqui, vai derrubar aqui, porque está achando que é coisa nova. Então a pauta dessas famílias foi entregue ao INCRA, e se tem alguém que tem que ser pressionado aqui, é o INCRA. É o INCRA que tem que dar a resposta para isso. Ninguém aqui tem gosto de morar debaixo de lona. Eu acho que eles estão aqui para reivindicar um direito. Cada um dentro da sua estratégia. Esse pessoal está fazendo o acampamento para poder chamar a atenção das autoridades e também para mostrar para o Governo Estadual que reforma agrária não é só obrigação do INCRA, não é só do Governo Federal. Tem muita terra devoluta no estado de Goiás que poderia ser destinada à reforma agrária e isso não acontece. Esse pessoal só está pedindo terra para poder viver nela. Eles não estão pedindo favor. Então é importante a gente solucionar isso, e eu acho que eu vejo essa reunião muito positiva nesse sentido, para podermos dar uma solução para esse povo que está sofrido aqui, mas que está perseverando na luta, porque acredita que é assim que eles vão alcançar os direitos deles.

Deliberações

- A Ecovias do Cerrado irá catalogar as famílias;
- O Sr. Ronan Quirino, líder do acampamento irá encaminhar uma relação com todos os acampados no local;
- Oficiar o INCRA para recadastrar as famílias.
- Retorno dos autos para a comarca de origem, sendo que o objeto da ação compreende apenas uma área onde está a igreja.

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a expor, devidamente aprovado o relatório de visita técnica, encerrou-se a visita. Eu, Cristiane de Paula Neiva, Secretária da Comissão de Soluções Fundiárias do Estado de Goiás que a digitei.

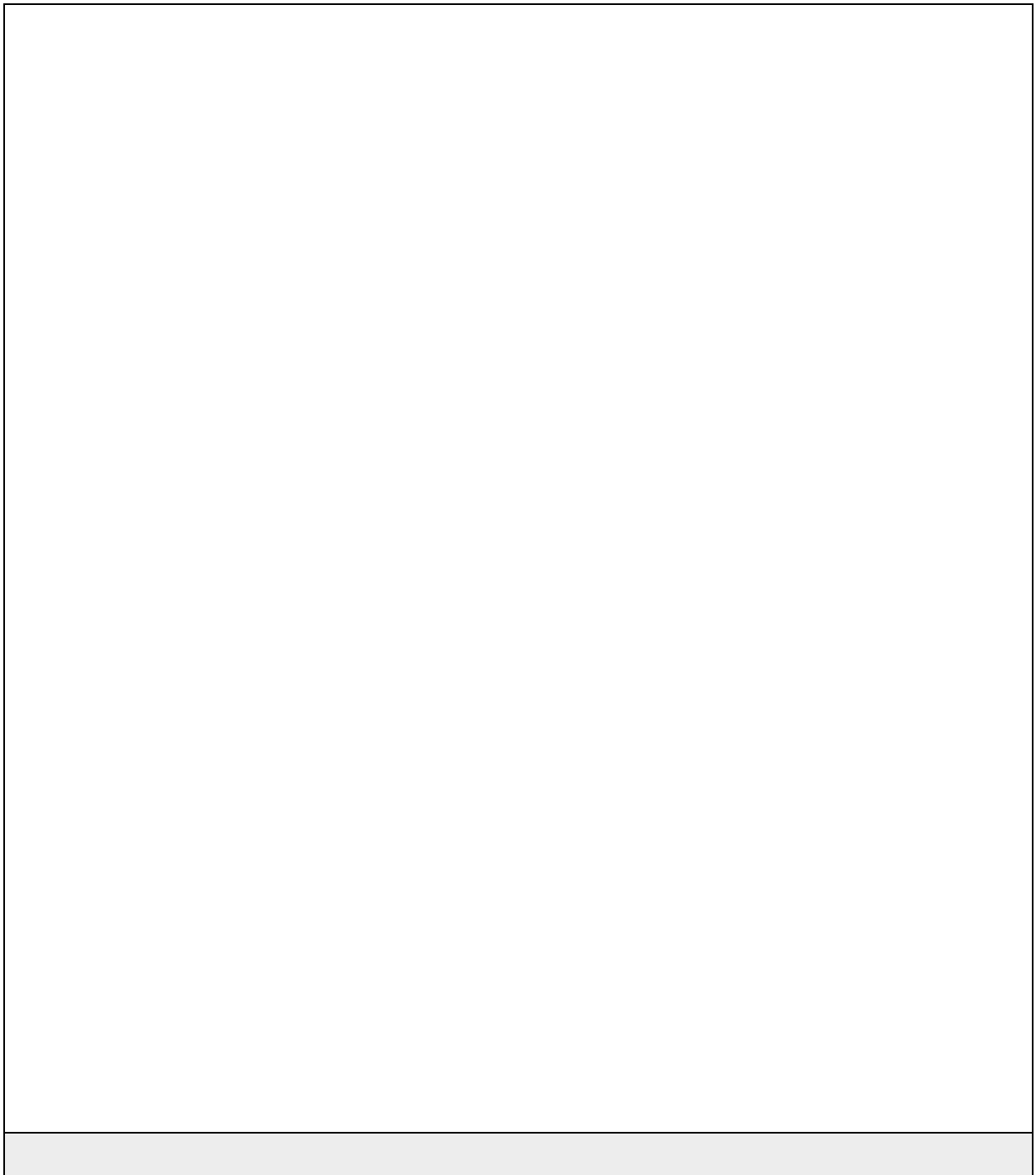
Goiânia, datado e assinado digitalmente.

Dra. Soraya Fagury Brito

Juíza de Direito







ASSINATURA(S) ELETRÔNICA(S)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Para validar este documento informe o código 776752789042 no endereço <https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento>

Nº Processo PROAD: 202309000441845 (Evento nº 43)

SORAYA FAGURY BRITO

MAGISTRADO

2ª JUIZA AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA.

Assinatura CONFIRMADA em 01/12/2023 às 13:33

